

"ESCOLA SEM PARTIDO": FUMAÇA NO CENÁRIO EDUCACIONAL DO PALCO DA VIDA

**Geraldo Antonio da Rosa
Valdete Gusberti Cortelini**

1 SOBRE O ESTADO E OS DIREITOS SOCIAIS: ENTRELUTAS E CONTRATOS CONCEDIDOS

Uma das características marcantes na contemporaneidade refere-se a lideranças conservadoras, de extrema direita, que vêm tomando força e impondo mudanças para romper com ideologias que, possivelmente, estejam ameaçando a legitimidade de pensar e do transformar. Se deixarmos o Estado sendo administrado pela ideia de Estado mínimo, condição presente no ideário neoliberal e nas políticas decorrentes desse pensamento, o povo terá de se preocupar mais em sobreviver e, sendo assim, não terá muito tempo para pensar.

O poder da ideologia me faz pensar nessas manhãs orvalhadas de nevoeiro em que mal vemos o perfil dos ciprestes como sombras que parecem muito mais manchas das sombras mesmas. Sabemos que há algo metido na penumbra mas não o divisamos bem. A própria "miopia" que nos acomete dificulta a percepção mais clara, mais nítida da sombra. Mais séria ainda é a possibilidade que temos de docilmente aceitar que o que vemos e ouvimos é o que na verdade é, e não a verdade distorcida. A capacidade de penumbrar a realidade, de nos "miopizar", de nos ensurdecer que tem a ideologia nos faz, por exemplo, a muitos de nós, aceitar docilmente o discurso cinicamente fatalista neoliberal que proclama ser o desemprego no mundo uma desgraça do fim de século. Ou que os sonhos morreram e que o válido hoje é o "pragmatismo" pedagógico, é o treino técnico-científico do educando e não sua formação de que já não se fala. Formação que, incluindo a preparação técnico-científica, vai mais além dela (FREIRE, 2015, p. 123).

É necessário que entendamos um pouco da ideia de Estado e de bem comum construídas historicamente para compreender o Estado de bem-estar social e suas possíveis peculiaridades na atualidade. Também é importante destacar que a ideia de governar para os interesses da maioria, a serviço do povo, mesmo que na prática nunca tenha acontecido, é tão antiga quanto a democracia e os direitos humanos. Porém, em alguns momentos na história, exemplificada pelo absolutismo, a autoridade emanava das interpretações das leis divinas.

...Durante um longo período da história a lei divina definiu as relações entre os indivíduos, inclusive quem os governa e como eles deveriam ser governados. A lei divina vinha de uma autoridade superior, uma força sobre-humana, que estava acima e além da compreensão e controle do indivíduo e, mais ainda, dentro de cada pessoa, dando-lhe a possibilidade de uma compreensão e de um conhecimento completo (CARNOY, 1988, p. 20).

Com o passar do tempo, as relações entre economia e política foram se modificando, e as decisões passaram não mais a ser da divindade, mas da burguesia. Nessa linha de pensamento, vários filósofos clássicos escreveram conceituando o Estado conforme entendiam que ele ia se configurando nesta nova concepção burguesa. Hobbes (1588-1679) trouxe o conceito de Estado da natureza, que poderia levar o homem à liberdade ou à ruína. Locke (1632-1704) entendeu que o Estado de Hobbes poderia voltar-se às guerras e o ideal seria que ele protegesse proprietários individuais para justificar a sua existência. Rousseau (1712-1778) defendeu a ideia de que o homem nasce bom, quem o corrompe é o convívio social. O filósofo defende o Estado para garantir liberdade e igualdade, embora direcionada à classe dominante. Smith (1723-1790) lança os pressupostos da doutrina liberal. Mill e Bentham (XIX) confirmam o pensamento de Smith e asseguram que as desigualdades ocasionadas pelo mundo capitalista são acidentais e o Estado liberal tem o compromisso de estabelecer leis para garantir a igualdade e a segurança. A perspectiva Marxista estabelece críticas à perspectiva liberal em relação ao Estado, assim evidenciada por Carnoy:

O Estado veio ocupar (na teoria liberal) uma crescente função como expressão da vontade social e da igualdade individual. Esta era uma função particular: já que ao Estado cabia assegurar o funcionamento regular da livre empresa, os cidadãos, cujas posições econômicas não eram iguais, foram chamados a assistir a reprodução de sua própria desigualdade, sob a suposição de que a longo prazo isso resultaria no maior bem para o maior número de pessoas (CARNOY, 1988, p. 48).

A partir do pensamento de Carnoy, pode-se destacar que o Estado assume um posicionamento que favorece os pressupostos do ideário liberal, ou seja, favorece o desenvolvimento da livre empresa, do individualismo e da perpetuação da desigualdade social, sendo que esta seria resolvida em longo prazo.

Neste percurso sobre diferentes conceitos de Estado, podemos perceber que a base teórica está em compreender o Estado como sendo parâmetro de poder para regulação da vida em sociedade e as mudanças econômicas se consolidavam em decorrência das mudanças políticas. As ideias de Thomas Humphrey Marshall, economista que viveu entre os anos de 1893 e 1981, defendiam que os direitos eram conquistados por três tipos de poder: o civil, o político e o social. Conforme o autor, essas conquistas seriam gradativas e passariam a ser um direito que atingiria a todos sem distinção, entendidas como um status. A respeito dessas questões, Marshall comenta:

Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação a qual o sucesso pode ser medido e em relação a qual a aspiração pode ser dirigida (MARSHALL, 1967, p. 79).

Marshall, o sociólogo, em 1949, quando participou de uma conferência logo após a Segunda Guerra Mundial, enfatizou que através do status existe uma ampliação da liberdade adquirida por meio dos direitos sociais, mas nos faz pensar que, em uma sociedade capitalista, é difícil que os direitos da cidadania cheguem realmente a todos. Porém, admite que houve um aumento das conquistas sociais que o caminho mais promissor para acabar com as desigualdades é, sim, através do direito à cidadania.

"A crença de que, em tempos normais, faz sentido tentar misturar os princípios e dirigir um sistema de renda real igualitário lado a lado com um sistema de renda

nominal não-igualitário me parece um tanto *simplista*”. Sim, para o economista talvez, se este tenta julgar a situação de acordo com a lógica de uma economia de mercado. Mas não necessariamente para o sociólogo que tem em mente que o comportamento social não é governado pela lógica, e uma sociedade humana pode transformar um paradoxo em algo que faça sentido – ao menos por um espaço de tempo bastante longo (MARSHALL, 1967, p. 113-114).

O economista Adam Smith (1988) traz reflexões importantes sobre a história do socialismo, buscando seu espaço dentro de uma sociedade capitalista. Por meio de sua leitura, fica perceptível que o socialismo democrático, tendo como princípio a forma de se fazer democracia presente nas instituições políticas, acontece de maneira que a classe trabalhadora é induzida a lutar pelos direitos que a elite já está predisposta a lhes conceder.

[...] A questão fundamental – jamais respondida pela história, porque não pode ser solucionada definitivamente – era se a burguesia respeitaria sua própria ordem legal no caso de uma vitória eleitoral do socialismo. Se os socialistas usassem a instituição do voto – estabelecida pela burguesia em sua luta contra o absolutismo – para vencer as eleições e criar na sociedade leis que conduzissem ao socialismo, não iria a burguesia reverter aos meios ilegais para defender seus interesses? [...] (PRZEWORSKI, 1988, p. 21).

A questão colocada pelo autor nos leva a refletir profundamente sobre o fato de a burguesia respeitar a ordem legal na direção da implantação de um socialismo. O autor ainda adverte sobre a possibilidade da burguesia, enquanto Classe Social, se utilizar dos processos de socialismo para seus interesses. Esse pensamento, de certa forma, pode nos conduzir à contemporaneidade e ao cenário político brasileiro, no qual se verifica um grande poder que, de certa forma, manipula os processos e utiliza atores de diferentes tendências e mantém vivo seus interesses. Os políticos, qualquer que seja a proposta que representam, deste modo, podem ser considerados marionetes do grande poder a quem são subservientes.

Por sua vez, torna-se pertinente trazer o pensamento de Sônia Draibe e Wilnês Henrique (1988) que, através de seus escritos, fazem um balanço tendo como suporte a literatura internacional sobre o “Welfare State”, da crise e gestão da crise. Traz o Estado na busca de encontrar equilíbrio entre o socialismo e o capitalismo oriundos do período do processo industrial, tendo como objetivo sanar os problemas criados a partir desta instituição, compreendendo, assim, o início da democracia. Este Estado de Bem-Estar Social deixou profundas marcas no momento de crise, com a quebra da bolsa de Nova York, em 1929. Sua origem está no pensamento Keynesiano, que passa a ser criticado numa nova conjuntura de globalização, num novo Estado liberal e dentro de uma crise entre o financiamento das políticas sociais, nas quais os direitos sociais começam a perder forças.

Pierre Rosanvallon faz uma consideração importante:

Para ele, a redução da demanda do Estado não deve ser confundida com uma visão instrumental do Estado, através dos conceitos de Estado-mínimo ou Estado-socialmente ativo. Passa antes por algumas condições tais como a produção de um novo direito não centrado na bipolaridade indivíduo-Estado, mas que possa recobrir as formas não estatais de socialização: o reconhecimento de grupos de vizinhança, e bairro, de redes de ajuda etc. (ROSANVALLON, 1993, *apud* DRAIBE-WILNÊS, 1988, p.11).

O Estado de bem-estar social é um acordo entre Estado e corporações, até que os argumentos contrários comecem a aparecer. O grande desafio está em construir e manter

um Estado de bem-estar social em meio a tantas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que caracterizam o momento atual em que estamos vivendo.

Torna-se de fundamental importância destacar a dinâmica entre a perspectiva liberal que, de certa forma, abomina a participação do Estado em relação à economia, e a de um Estado neoliberal com a mínima intervenção, que se faz presente em alguns momentos de nossa história, principalmente nos de abundância e voltados para o atendimento dos interesses burgueses. Entretanto, somente nos momentos de crise o Estado de Bem-Estar Social é chamado para resolver os problemas advindos desse processo.

Leonardo Avritzer (2012) traz reflexões sobre o século XX, período em que a sociedade civil brasileira busca o espaço de legitimar seus direitos pela reivindicação de autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos, caracterizando a democratização com dois significados: um organizacional em relação ao Estado e outro com a administração de políticas sem a participação do Estado. É nesse contexto que os movimentos populares tomam força e conquistam os seus espaços na sociedade.

Autonomia foi entendida como agir sem pedir autorização do Estado e, ao mesmo tempo, ignorar os limites colocados pelo Estado à organização interna e externa das associações voluntárias. Isso significou que novas associações voluntárias emergiram e novas formas de apresentar reclamações em público para o Estado tornar-se iam práticas comuns. Foi neste período que práticas comuns, que podemos chamar de um repertório democrático de ação coletiva pelas associações voluntárias brasileiras, surgiram. [...] (AVRITZER, 2012, p. 389).

Analisando o fio condutor das ideias postas até então, podemos identificar que, historicamente, o Estado assume díspares roupagens. Nesse contexto, o Estado passa por transformações que versam do autoritarismo para a democracia, da descentralização do Estado para formas administrativas políticas altamente centralizadoras, de tal maneira que os direitos sociais vão conquistando espaços e se legitimando na sociedade brasileira, reorganizando-se frente às mudanças previstas e imprevistas da atual conjuntura.

Coutinho (1996) faz pensar sobre as ideias de Marx e Engels, que perpassam todos os períodos citados anteriormente e são sempre atuais, principalmente quando diz que não existe neutralidade no Estado. A sociedade é vista como uma sociedade de classes, na qual os indivíduos são desiguais. Define o Estado como elemento de coerção, o qual permite que uma classe se sobreponha a outra e, ao mesmo tempo, autoriza as classes a se organizarem politicamente, mas de forma limitada e controlada, pois esse Estado que aparece como defensor do bem comum, de certa forma, dentro de uma perspectiva do pensamento marxista, pode ser considerado uma farsa, uma vez que o mesmo foi privatizado, ou seja, passou a atender os interesses do poder dominante.

Coutinho observa:

Mas ele vê agora que a dominação de classe não se manifesta apenas através da coerção (como poder opressivo), mas resulta também de mecanismos de legitimação que assegurem o consenso dos governados (ou seja, resulta também de um "pacto" ou "contrato"). Por outro lado, esses mecanismos de legitimação e obtenção do consenso se encarnam nas novas instituições que, graças em grande parte às lutas da própria classe operária, inscreveram-se no seio dos modernos aparelhos de Estado (parlamento eleito por sufrágio universal, partidos políticos legais e de massa etc.) (COUTINHO, 1996, p. 27).

É nesse momento que se retoma a ideia inicial posta neste artigo. Se analisarmos a Legislação Educacional Brasileira, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, inseriu-se a presença de autonomia e descentralização de poder, permitindo que as escolas pudessem organizar o seu trabalho, principalmente no seu

artigo 12, pelo qual a atual LDB possibilita às escolas construir seu projeto pedagógico. Entretanto, há que se destacar certa distância entre o que a lei propugna e sua articulação ao cotidiano das escolas. Estas, ainda, em grande parte, não são concebidas como pertencimento da coletividade, pois pertencem aos interesses do Estado, do Município... Com o passar dos anos, e de uma garantia maior dos direitos humanos, podemos perceber que a escola, em meio a muitos tropeços, precisou se posicionar, direcionando-se para duas grandes vertentes, conforme Freire, 1981, nos apresenta que ou estamos do lado do silêncio reforçando a dominação das massas populares através de uma ideologia de acomodação, ou nos fortalecemos e nos apoiamos no trabalho coletivo e consciente de transformar a realidade posta.

Ou propondo-se em pensar mecanismos de transformação que, através da educação, seriam o caminho para atingir uma democracia plena, muito embora não se queira, neste trabalho, jogar todo o peso da transformação social à escola. Ressalta-se que a mesma tem um importante papel no sentido de formar o ser humano, que é quem transformará as estruturas. Nesse sentido, a escola não pode assumir um discurso messiânico na contemporaneidade.

Freire destaca a importância da perspectiva crítica neste processo:

Daí que, nesta perspectiva crítica, se faça tão importante desenvolver, nos educandos como no educador, um pensar certo sobre a realidade. E isso não se faz através de blá-blá-blá, mas do respeito à unidade em ter prática e teoria (FREIRE, 1981, p. 16).

Compreendemos que essas conquistas pelas lutas de classes, assinaladas também no campo educacional, foram permitidas no decorrer dos últimos vinte anos através de "contratos" cedidos pelo Estado. Porém, tendo em vista as mudanças da sociedade brasileira inserida no contexto global, talvez essas "contratações" tenham fugido um pouco do alcance ideológico da classe dominante, como estratégia para retomá-las, as lideranças atuais tentam provar uma ineficiência no ato de governar, confirmada nas práticas de corrupção que, desde o suposto "Descobrimento do Brasil", estão presentes nas formas de governar nosso país; instala-se uma crise estatal para legitimar que é necessário repensar os mecanismos governamentais e a redistribuição dos direitos já conquistados pelos brasileiros e, é claro, a educação precisaria, também, de algumas correções: silenciar as vozes que ameaçam o poder e a estruturação de classes que definem uma sociedade capitalista. Vivenciamos um dos momentos mais cruciais de nossa história, em que cenas se repetem num mesmo cenário, onde há interesse apenas na troca dos atores, respaldados pelo pensamento de Betto:

Enfim, é a velha artimanha da direita: já que não convém mudar a realidade, pode-se acobertá-la com palavras. E que não se saiba que desigualdade social decorre da opressão sistêmica; a riqueza, do empobrecimento alheio; a homofobia, do machismo exacerbado; a leitura fundamentalista da Bíblia da miopia que lê o texto fora do contexto (BETTO, 2016, p. 67).

Surge com muita força, então, a Escola Sem Partido, ou seja, se não for para assumir o partido da ideologia dominante, que não tenha partido algum, ou melhor, aparentemente, que não se defenda ideia alguma, mas, indiretamente, que defenda os interesses de quem está no poder. A Escola Sem Partido, paradoxal aos fundamentos jurídicos da educação brasileira, regidos pela Constituição Nacional ou na própria LDBEN, apresenta, dentro do universo do neoconservadorismo, o conceito de ação de pais e estudantes contra a contaminação ideológica, indo de forma contrária ao que se busca no exercício das atividades docentes voltadas à liberdade de ensino e aprendizagem.

Uma coisa é certa: não existe neutralidade. Existe, sim, ingenuidade em pensar que não se toma partido algum.

A questão está em que pensar automaticamente é perigoso. O estranho humanismo desta concepção "bancária" se reduz à tentativa de fazer dos homens o seu contrário – o autônomo, que é a negação de sua ontológica vocação de *ser mais*¹ (FREIRE, 2016, p. 109).

Se buscarmos compreender o homem nas entranhas de sua essência, primeiramente lembramos a filosofia de Marx² que o vê na sua naturalidade como um ser social buscando suprir, no meio onde vive, suas necessidades nativas. Hegel³ nos possibilita o entendimento de que o homem traz sua existência no seu íntimo, e Nietzsche⁴, por meio de seus estudos, nos faz refletir sobre o existir humano como o incansável ir e vir no interior do seu "eu". A toda essa dinâmica de reflexão sobre a existência do ser humano surge a Metafísica⁵, cujos estudos partem do homem compreendido como animal em si mesmo, a partir da *animalitas*⁶. São as relações e as reflexões que trazem as marcas desse ser humano que, marcado pela sua essência e existência, diferencia-se a cada época, sobrepondo-se às demais espécies animais pela ação do pensar, do vir a ser. Essa atitude racional, inteligente, coloca o homem em uma posição de pensar sobre si mesmo e pensar sua posição diante dos outros e do mundo. Surgem, nessa dinâmica do pensar, ideologias que podem servir para a emancipação ou para a alienação.

Se nos reportarmos ao período do cristianismo, o homem era compreendido como obra de Deus, e sua presença neste mundo servia apenas para cuidar da sua salvação. Sabemos que, na defesa desse pensamento, muitas barbaridades foram cometidas, ferindo os princípios do ser humano.

O período marcado pela República Romana traz o humanismo⁷, que vem confrontar as ideias do *homo barbarus*⁸ e do *homo humanus*⁹. Essa discussão possibilita ao homem pensar na sua condição humana de existência e de buscar, ao longo da história, caminhos pelos quais pudesse construir e conquistar a dignidade por meio de direitos confirmados. Entende-se que o *pensar*¹⁰ é condição do existir humano, que fortifica e edifica o *ser*¹¹. Essa reflexão aponta que a ação do pensar confirma que o homem traz a morada do seu próprio ser, (*éthos*)¹². O seu processo de construção, fundamentado nos seus princípios ideológicos, que trazem verdades construídas mediadas pelo ato reflexivo, configura a casa do ser e, no exercício do ir e vir, do pensar, que constrói a sua essência.

Heidegger traz a importante contribuição de que somente o homem é provido de possibilidades para, no tempo em que vive, exibir o seu *ser*¹³. Dessa forma, coloca em

¹ Grifos do autor.

² Livro: Karl Marx. Friedrich Engels – a ideologia alemã. 2007. Pág. 9 a 15.

³ História e Metafísica em Hegel – sobre a noção do espírito do mundo – Maria de Lurdes Alves Borges. Pág 84 a 86.

⁴ Livro: Nietzsche – Biografia de uma tragédia. Rüdiger Safranski. 2005. Capítulo I.

⁵ Página 660 - ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.

⁶ Grifo nosso.

⁷ Página 518 - ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007

⁸ Grifo nosso.

⁹ Idem

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

¹² Palavra de origem grega.

¹³ Grifo nosso.

xeque a filosofia ocidental, abrindo novos horizontes para as ciências desenvolverem seus estudos numa nova perspectiva de relação entre sujeito e objeto mediados pelo pensar¹⁴, permitindo que a subjetividade contribua para buscar a originalidade da essência e existência do ser humano.

Aqui, podemos fazer uma análise entreo sociólogo Marshall, poiseste compreende que em uma sociedade capitalista as desigualdades são parte da sua estrutura, enquanto Marshall, o economista, entende que o Status amplia o espaço da liberdade dos direitos sociais,e Heidegger, o filósofo, que compreende ser o homem o único capaz de pensar a sua existência e buscar caminhos para superar suas limitações, potencializando, assim, o ser mais, contrariando a ideologia de uma Escola Sem Partido. Ou seja, o pensar sobre a nossa existência é a primeira condição para que possamos conquistar nossos direitos e,mais importante que isso, lutar por eles.

A Escola Sem Partido é um sintoma de uma sociedade manipulada pelo complexo burguês, midiático, empresarial e religioso, em oposição ao pensamento de Paulo Freire que é hoje um dos educadores mais lidos no mundo. O Brasil está caminhando na direção oposta à tendência universal da educação: uma educação reflexiva e crítica, cidadã e plural. Esse movimento introduz a censura a certos conhecimentos, restringindo o currículo a um conjunto de informações consideradas "úteis". Ele nega aos brasileiros o acesso aos bens comuns da humanidade. Seria inútil estudar Filosofia, História, Sociologia? (GADOTTI, 2016, p. 154).

A conquista de direitos e de espaços na sociedade acontece, também, pelo pensar sobre a condição social e através das forças destas lutas frente aos anseios da maioria. Acredita-se que, nos últimos anos, as massas tiveram pequenos espaços de diálogo e conquistas de poder e puderam concretizar um pouco do que Freire dizia em seu livro Pedagogia do Oprimido:

E, se não é possível o diálogo com as massas populares antes da chegada ao poder, porque falta a elas experiência do diálogo, também não lhes é possível chegar ao poder, porque lhes falta igualmente experiência dele. Precisamente porque defendemos uma dinâmica permanente no processo revolucionário, entendemos que é nessa dinâmica, na práxis das massas com a liderança revolucionária, que elas e seus líderes mais representativos aprenderão tanto o diálogo quanto o poder. Isso nos parece tão óbvio quanto dizer que um homem não aprende a nadar numa biblioteca, mas na água. (FREIRE, 2016, p. 213).

Se os rumos da organização do Estado brasileiro estão fugindo do controle, é necessário entãoque se estabeleça,por parte das elites aliadas às forças internacionais, novos "contratos". Nesta configuração, as bases precisam ser acalmadas, mexendo nos princípios que lhes são mais nobres: a educação e os direitos humanos, e mais, precisam inibir pensamentos autônomos que estejam ameaçando as ideias postas pela ideologia dominante.

A Escola Sem Partido, se for definitivamente implantada pelo governo golpista, deverá destruir o que se construiu nas últimas décadas de educação para a cidadania, fruto de muita luta, de uma escola como espaço de convivência, de formação de valores, de solidariedade, de amorosidade, um espaço acolhedor para as crianças, de construção de liberdade e da autonomia(GADOTTI, 2016, p. 156).

Às vezes, nos passa pela cabeça a seguinte dedução: a classe dominante permitiu que tudo isso chegasse aonde chegou para saber quais as consequênciase até justificar medidas fortes em relação à vida do povo. Então, nos perguntamos:Tudo aconteceu de

¹⁴Idem.

forma pensada ou fugiu do controle? Independente da explicação fica claro que as massas populares serão as que sofrerão os ajustes sociais necessários em nome da estabilização da economia e do equilíbrio da crise do bem-estar social.

2 DA COERÇÃO À PERMISSÃO: A LUTA CONTINUA

É notório que a organização do Estado brasileiro está passando por mudanças em virtude das transformações que o país vem sofrendo por conta da globalização. Neste momento de novos contratos sociais, inicialmente, propõe-se uma política de estado mínimo, disseminando-se sobre as massas uma forma um pouco mais sutil de coerção do que nos séculos passados. Dessa maneira, um recuo frente aos movimentos em busca de novos direitos e conquistas se torna necessário para que o Estado reafirme de onde vem o poder e com quem está.

Diante desse cenário, observa-se que é importante para a ideologia dominante vigiar um pouco mais “o pensar”, estabelecendo marcos regulatórios nas dimensões educacionais e sociais que tiveram avanços ameaçadores contra esses princípios. Porém, sabemos que, mesmo sob pressão, o povo sempre foi criativo e buscou estratégias diferentes para alcançar seus objetivos. Dessa forma, novas maneiras de lutar a favor dos direitos humanos e sociais emergirão e, continuamente, procurar-se-á sua legitimação.

Enquanto fizermos parte de uma sociedade capitalista, sempre estaremos presenciando lutas de classes em busca da conquista dos direitos sociais e lutas pela disputa de poder. Haverá dominantes e dominados e, na maioria das vezes, o dominado que deixa de sê-lo passa para a condição de dominador.

Há, por outro lado, em certo momento de experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões de vida. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo. Isto se verifica sobretudo nos oprimidos de “classe média”, cujo anseio é ser iguais ao “homem ilustre” da chamada superior” (FREIRE, 2016, p. 91-92).

Podemos dizer que, desde o século XIX, a educação, através de seu acesso universal, passou a ser um espaço novo, cheio de possibilidades e de perspectivas voltadas à construção de uma educação cidadã. Porém, as bases da sociedade não se modificaram, para que continuem sendo preservadas, tornam-se necessárias algumas permanências em uma sociedade em que o capital financeiro seja o centro das decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão possibilitou fazer uma análise panorâmica dos direitos humanos adquiridos historicamente, permitindo verificar os possíveis avanços do homem na incansável busca pela cidadania plena. Entretanto, na dinâmica da história, observa-se o processo dialético de avanços e retrocessos.

Na contemporaneidade, diante do neoconservadorismo que assola grande parte de nosso planeta e, em especial dentro da realidade brasileira, percebe-se o ruir de uma construção de avanços nas políticas públicas, atingindo as políticas sociais e educacionais.

A educação é um dos meios pelos quais seatinge a população em massa e na fase mais promissora da vida, que é a infância e a adolescência, atendendo a todos os níveis sociais. Frei Betto (2016, p. 66) destaca que “a proposta da Escola Sem Partido é impedir que os professores eduquem seus alunos com consciência crítica”. Essa é a grande arma que a educação tem em suas mãos, a formação de consciência crítica.

Numa Escola Sem Partido, o lema é buscar a neutralidade no trabalho, sabendo-se que não existe neutralidade. Na sutileza deste movimento está a ideia de acatar as

decisões impostas sem contestar. Sendo assim, não acontecerão as mudanças e tampouco as transformações. Verifica-se, portanto, que neste fumacear de uma Escola Sem Partido encontra-se intrinsecamente, em seu bojo, os pressupostos de governabilidade neoliberal.

A Escola Sem Partido carrega elementos metafóricos de assepsia, limpeza, e outros tantos termos muito utilizados na área da saúde e educação, indo contra o pensamento do grande educador brasileiro Paulo Freire, o qual deixou bastante claro ser a educação um ato político. Portanto, é ingenuidade pensar a possibilidade de neutralidade.

Com essa perspectiva, o Estado se reafirma e se reestabelece na certeza de que os parâmetros da sociedade capitalista serão mantidos e os direitos sociais serão medidos através do pretexto da crise do Estado. Novamente, o povo irá redescobrir seus espaços e conquistando novas formas de adquirir os direitos que, por "contratos", ora são concedidos, ora são tirados.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. Opinião Pública. Vol. 18, nº. 2. Campinas, nov. 2012.
- BETTO, Frei. "Escola Sem Partido"? A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. 3. ed. Campinas, Papyrus, 1990.
- COUTINHO, Carlos Nilson. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- DRAIBE, S., WILNÉS, H. "Welfare State", crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vértice, v. 3, n. 6, fev. 1988.
- FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes Necessários À Prática Educativa. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GADOTTI, Moacir. *A Escola Cidadã Frente ao "Escola Sem Partido"*. A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- HERDEGGER, Martin. *1889 - 1976 Cartas sobre o Humanismo*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PRZEWORSKI, Adam. A Social Democracia como Fenômeno Histórico. Lua Nova: *Revista de Cultura Política*, n.15, São Paulo, Out. 1988.